







DECRETO MUNICIPAL Nº 28 DE 30 DE ABRIL DE 2025.

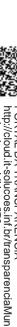
DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A AQUISIÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS, PÃES E OUTROS GÊNEROS PERECÍVEIS, NOS TERMOS DO ART. 75, IV, "E", DA LEI FEDERAL № 14.133/2021, NO MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO/PE.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

DECRETA:

- Art. 1°. Este Decreto regulamenta a aplicação da dispensa de licitação prevista no art. 75, inciso IV, alínea "e", da Lei Federal nº 14.133/2021, para a aquisição direta de hortifrutigranjeiros, pães e outros gêneros perecíveis pelo Município de Bom Conselho/PE, enquanto se realizam os processos licitatórios correspondentes.
- Art. 2º. A dispensa de licitação para aquisição dos bens de que trata este Decreto será autorizada quando presentes os seguintes requisitos:
- I Natureza perecível do bem, sendo caracterizada por sua curta durabilidade ou necessidade de consumo imediato;
- II Comprovação da necessidade de continuidade do fornecimento, de modo a evitar desabastecimento de unidades escolares, hospitalares, assistenciais e demais órgãos públicos que demandem tais insumos;
- III Justificativa da contratação direta, instruída com:
- a) Demonstração da urgência na aquisição;
- b) Pesquisa de preços realizada com, no mínimo, três fornecedores distintos, sempre que possível, considerando o preço do dia na localidade;
- c) Indicação da quantidade necessária para o período até a conclusão da licitação regular;
- d) Parecer técnico ou manifestação da unidade requisitante, quando cabível.
- Art. 3°. Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal deverão adotar os seguintes procedimentos para a formalização da contratação direta:











- I Levantamento das necessidades, por meio de solicitação formal do órgão demandante, devidamente justificada;
- II Pesquisa de preços, realizada de forma transparente e compatível com o mercado local;
- III Autorização do ordenador de despesas, com verificação da adequação orçamentária e financeira;
- IV Formalização do processo de contratação direta, com a juntada dos documentos exigidos neste Decreto;
- V Publicação do extrato da contratação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
- Art. 4°. As aquisições realizadas com fundamento neste Decreto deverão ser feitas pelo menor preço praticado no mercado, assegurando-se a economicidade e a vantajosidade para a Administração.
- Art. 5°. A fiscalização da aplicação deste Decreto caberá à Controladoria Interna do Município e aos órgãos de controle externo, que poderão solicitar informações e documentos comprobatórios a qualquer tempo.
- Art. 6°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM CONSELHO, em 30 de ABRIL de 2025.

Edézio Ferreira dos Santos Filho Prefeito do Município de Bom Conselho



